



portalbenews.com.br



INSIGHT Ricardo Arten:
crescimento de uma empresa
deve alcançar o território
▶ **p3**



COMUNICAÇÃO Clara Laface:
o legado aparece quando
a empresa segue sem você
▶ **p20**

Divulgação



MPor lança pacote para inovação, sustentabilidade e governança

Medidas incluem política
nacional de pesquisa portuária,
novos critérios ambientais
e programa voltado às
empresas estatais ▶ **p7**

Divulgação

Canal Itajaí-Navegantes volta a operar com restrições ▶ **p9**

Ministros de Portos
e do Meio Ambiente
confirmam presença em
fóruns do Brasil Export
▶ **p14**



AVIAÇÃO Anac
endurece punições a
passageiros indisciplinados
▶ **p8**

MINERAÇÃO MPF
aciona Vale por danos
ambientais em mina de MG
▶ **p16**

COMÉRCIO EXTERIOR Brasil
e EUA marcam reunião em
meio à disputa comercial
▶ **p18**

EDITORIAL

Três portarias que apontam na direção certa e precisam sair

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, assinou nessa segunda-feira, dia 14, três portarias que estruturam agendas que o setor portuário brasileiro precisava ter há anos: uma política de sustentabilidade com compromissos anuais verificáveis e a adoção do padrão internacional Airport Carbon Accreditation para aeroportos; uma política nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação portuária, a PD&I-Portos, que cria pela primeira vez um referencial nacional para coordenar inovação no setor; e o Programa Impulsiona, para aprimorar a supervisão das estatais vinculadas ao ministério: Infraero, Autoridade Portuária de Santos (APS) e companhias docas. São três iniciativas com lógica correta, ambição adequada ao momento e arquitetura institucional que, se executada com consistência, pode mudar de forma duradoura como o setor planeja, inova e presta contas. O “se” é o grande ponto a ser debatido.

A portaria da PD&I-Portos é a mais original das três, porque preenche uma lacuna que o setor nunca havia reconhecido formalmente: portos brasileiros desenvolvem soluções tecnológicas de forma isolada, sem mecanismo que conecte o que um terminal privado testa em automação com o que uma companhia docas experimenta em sustentabilidade, e sem canal estruturado de conexão com universidades, startups e institutos de pesquisa. O Programa InovaPortos e os hubs de inovação portuária previstos na portaria são os instrumentos que podem mudar esse padrão, se receberem orçamento, equipe dedicada e metas de resultado que vão além do número de eventos realizados. A afirmação do diretor do Ministério Tetsu Koike, de que o trabalho envolvendo a portaria “não vai acabar nunca”, é uma intenção que o próximo ministro pode acabar negando se a política não estiver suficientemente institucionalizada para sobreviver a trocas de governo. Inovação que depende da continuidade de um único dirigente não é política. É apenas, infelizmente, um projeto pessoal.

A atualização da política de sustentabilidade, com compromissos anuais verificáveis, tema de outra das três portarias, é o mecanismo que transforma ESG de retórica em dado auditável. O reconhecimento do Airport Carbon Accreditation (ACA) como referência para aeroportos é uma decisão tecnicamente correta. O ACA é o padrão internacional que armadoras, investidores e reguladores europeus já conhecem e valorizam, e adotá-lo como referência brasileira cria a linguagem comum que facilita comparação com outros mercados. O Pacto pela Sustentabilidade aprimorado como instrumento de adesão voluntária tem o mérito de não impor obrigações que operadores pequenos não conseguiriam cumprir e, ainda, o limite de todo instrumento voluntário: a participação depende do incentivo que o mercado e a regulação criam para aderir. Que as agências nacionais de Transportes Aquaviários (Antaq) e de Aviação Civil (Anac) considerem a adesão ao pacto em suas métricas de avaliação de concessionários e arrendatários seria o mecanismo que transforma voluntário em relevante.

O Programa Impulsiona, outro foco das portarias, é o mais urgentemente necessário. A dispersão de informações entre as companhias docas, a Infraero e a APS, cada uma com plano estratégico próprio, sistema de informação próprio e ritmo de prestação de contas próprio, cria um ministério que supervisiona sem enxergar. Um sistema único de coordenação que reúna diagnósticos, identifique oportunidades de cooperação e alinhe o planejamento das estatais às políticas públicas da pasta é o que transforma supervisão formal em governança efetiva. A ressalva necessária é que “ampliar a integração sem reduzir a autonomia administrativa” é um equilíbrio difícil de sustentar e, ainda, que o programa precisará definir com precisão o que o Ministério decide centralmente e o que as estatais decidem autonomamente, para que o Impulsiona não se torne mais um comitê de reuniões sem poder de intervenção.

Deve-se, enfim, destacar que políticas públicas no setor de infraestrutura produzem resultado na execução, não na assinatura. As três portarias desta semana são bem-vindas. Deve-se, porém, acompanhar o que o Ministério entrega com base nelas nos próximos doze meses.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

7 Portos e aeroportos ganham novas políticas de inovação e sustentabilidade

EDITORIAL

2 “Três portarias que apontam na direção certa e precisam sair do papel”

INSIGHT

3 “O que uma empresa ajuda a construir além dos seus próprios limites”, por Ricardo Arten

HUB

4 STF julga abertura de investigação contra Alexandre de Moraes

POLÍTICA

4 Alvo de apuração, Flávio defende Moraes fora do STF

6 Lula vê bets como “uma doença” e promete medida drástica em breve
Durigan quer manter o arcabouço fiscal

TRANSPORTES | AVIAÇÃO

8 Anac endurece punições a passageiros indisciplinados

TRANSPORTES | PORTOS

9 Canal Itajaí-Navegantes volta a operar com restrições

DP World passa a integrar a AmCham Brasil

10 Ogmo diploma novos trabalhadores para reforçar operações

Antaq leva formação portuária a estudantes do Espírito Santo

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO > OPINIÃO

11 “Dragagem no Amazonas: investimento milionário ou desperdício anunciado?”, por Augusto Cesar Barreto Rocha

TRANSPORTES | RODOVIAS

12 ANTT autoriza testes de controle de velocidade em rodovias concedidas

Agência cria metodologia para avaliar mudanças em obras de concessões

BRASIL EXPORT

14 Ministros de Portos e Meio Ambiente confirmam participação em fóruns do Brasil Export

PETRÓLEO E GÁS

15 Preço médio do diesel S-10 sobe 1,3% e chega a R\$ 6,97, diz ANP
Trump prevê queda no preço do petróleo

MINERAÇÃO

16 MPF aciona Vale por danos ambientais em mina de Congonhas

Ouro cai com alta do petróleo e temor de juros maiores nos EUA

INDÚSTRIA

17 Compra da Avibras pelos irmãos Batista avança no Cade

COMÉRCIO EXTERIOR

18 Brasil e EUA marcam reunião em meio à disputa comercial

Balança comercial tem superávit de US\$ 3,36 bilhões em setembro

FINANÇAS

19 Mercado financeiro projeta novo corte da taxa Selic nesta semana
Dólar sobe e fecha perto de R\$ 5,15

COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO

20 “Seu sucessor tem espaço para liderar sem você?”, por Clara Laface

JUSTIÇA

21 Sessão sobre futuro de Moraes vai permitir sustentações orais

22 Fachin derruba sigilo sobre rede de pagamentos do Master

23 Anotações apreendidas indicam ‘Mario’ como sócio de produtora

Zanin e Gilmar recebem dados de celular

INTERNACIONAL

24 Trump vê ‘conspiração doentia’ contra IA; China critica CEOs

Ucrânia e Rússia alinham novo acordo



Sistema BE News de Comunicação

Sede

Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília

Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos

Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Sub-editor |Jornal BE News

Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News

Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem

Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News

Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br



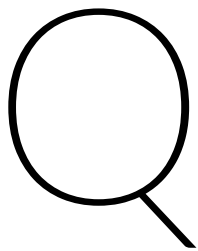


RICARDO ARTÉN
CEO do Porto Itapoá

opinioao@portalbenews.com.br

► GESTÃO

O que uma empresa ajuda a construir além dos seus próprios limites



Quando falamos em desenvolvimento, normalmente pensamos em números. Investimentos, empregos, crescimento econômico, novas empresas, obras e infraestrutura. Todos esses fatores são importantes.

Mas quem vive nesse território sabe que o desenvolvimento também precisa aparecer no cotidiano: nas oportunidades, no acesso à cultura, ao esporte, à saúde e na capacidade de uma comunidade de construir seu futuro.

Um porto tem uma relação particular com o lugar onde está instalado. Movimenta cargas, conecta mercados e participa de uma cadeia que ultrapassa fronteiras, mas também faz parte da rotina da cidade. Tem colaboradores, fornecedores, famílias e uma comunidade que acompanha seu crescimento. Essa proximidade traz responsabilidade.

No Porto Itapoá, procuramos exercer essa responsabilidade também por meio do apoio a projetos sociais. Cultura, esporte, saúde e inclusão são áreas que fazem parte dessa atuação porque têm impacto direto na vida das pessoas e ajudam a criar oportunidades.

Em 2025, destinamos R\$ 12,9 milhões para projetos realizados em 2026. São 49 iniciativas voltadas a crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e projetos de prevenção e tratamento do câncer.

Desde 2015, já foram destinados R\$ 36 milhões a projetos incentivados. Em 2024, foram R\$ 10,7 milhões aplicados em 51 iniciativas que beneficiaram Itapoá e a região.

Os números mostram a dimensão do investimento, mas não contam sozinhos o que ele representa. O resultado aparece quando o recurso chega a uma criança, vira uma bolsa de estudos, cria uma oportunidade para um jovem, amplia um atendimento de saúde ou fortalece uma instituição.

É nessas situações que um investimento ganha significado.

Nosso principal compromisso está em Itapoá, cidade onde o Porto está instalado e com a qual temos uma relação que vai muito além da atividade portuária. Dos projetos apoiados em 2026, 27 são realizados no município.

Também apoiamos iniciativas em outras cidades, procurando estabelecer contrapartidas que tragam benefícios para Itapoá. O apoio ao Joinville Vôlei é um exemplo. Além do projeto esportivo, existe uma escolinha de vôlei no município. Em iniciativas ligadas à música, crianças e adolescentes de Itapoá recebem bolsas de estudo.

São formas de fazer com que o investimento tenha alcance regional sem perder a conexão com a cidade onde estamos.

A cultura é uma das áreas de maior destaque nessa atuação. O Porto Itapoá ocupa a quarta posição entre as empresas de Santa Catarina que mais investem em projetos por meio de leis de incentivo à cultura. Esse reconhecimento é importante, mas, para nós, o valor maior está nas oportunidades que esses projetos conseguem criar.

Conhecer o território significa ouvir instituições, entender necessidades e escolher parceiros capazes de transformar recursos em iniciativas bem estruturadas.

As organizações do terceiro setor têm um papel fundamental. Estão próximas

das comunidades, acompanham as pessoas atendidas e conhecem desafios que nem sempre aparecem nos indicadores econômicos. Apoiar esse trabalho é uma forma concreta de ampliar sua capacidade de atuação.

Nenhuma empresa consegue resolver sozinha os desafios de uma cidade. O desenvolvimento depende da participação do poder público, das empresas, das instituições e da própria sociedade. Cada um tem responsabilidades diferentes.

O papel das empresas, a meu ver, passa também por usar sua capacidade de investimento para contribuir com o ambiente em que estão inseridas. Isso exige critério, continuidade e uma visão que vá além do resultado imediato.

Projetos sociais precisam de tempo. Uma criança que começa uma atividade esportiva hoje pode levar anos para perceber tudo o que aquela experiência acrescentou à sua formação. O mesmo vale para a cultura, para a educação e para iniciativas de saúde. Muitas vezes, o impacto não aparece em um balanço anual. Ele se revela na trajetória de uma pessoa.

Por isso, consistência é tão importante.

No Porto Itapoá, também pensamos em longo prazo quando falamos de infraestrutura. Investimos em capacidade, tecnologia e eficiência para acompanhar o crescimento do comércio exterior e oferecer condições cada vez melhores aos nossos clientes. Esse crescimento gera efeitos econômicos para a região.

Mas uma região forte precisa de mais do que infraestrutura.

Precisa de pessoas preparadas, oportunidades de formação, acesso à cultura, esporte, saúde e espaços de inclusão. Esses elementos ajudam uma comunidade a aproveitar melhor as oportunidades criadas pelo crescimento econômico.

Essa visão também orienta a forma como entendemos nossa presença em Itapoá. O Porto faz parte da economia local, mas também faz parte da história recente da cidade e de um processo de transformação que continua acontecendo.

Temos uma responsabilidade com o negócio, com nossos clientes, colaboradores e acionistas. Temos também uma responsabilidade com o território que nos recebeu e onde construímos nossa trajetória.

São compromissos que podem caminhar juntos.

O Porto Itapoá continuará investindo para ampliar sua capacidade, fortalecer sua operação e conectar o Brasil aos principais mercados do mundo. Seguiremos também apoiando projetos que criam oportunidades para as comunidades da região.

Um porto conecta países e continentes. Antes disso, porém, ele pertence a um território. E acredito que parte importante do nosso papel como empresa é ajudar esse território a avançar junto com aquilo que construímos dentro dos limites do terminal.

Desenvolvimento também tem a ver com as oportunidades que permanecem, com aquilo que fica depois que um projeto termina e pode mudar a trajetória de uma pessoa, de uma família ou de uma comunidade. É esse o impacto que queremos ampliar.

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

Pedido de vistas e votos antecipados

A tensão no Supremo Tribunal Federal (STF) deve atingir seu ponto mais alto nesta manhã de terça-feira, dia 15, com o início do julgamento que debaterá a abertura de uma investigação formal contra o ministro Alexandre de Moraes. O procedimento analisa supostas conexões entre o magistrado e o ex-banqueiro Daniel Vercaro, proprietário do Banco Master. Segundo interlocutores da Corte em conversas reservadas, ganhou tração a hipótese de um pedido de vista interromper a deliberação. Caso qualquer magistrado suspenda o julgamento, ministros que já têm posicionamento firmado pretendem pedir a palavra para antecipar publicamente seus votos.

Ordem de fala

A sessão começa com a manifestação do presidente do STF, ministro Edson Fachin, que assumiu a relatoria do caso na noite do último sábado, dia 12. Na sequência, deve votar o ministro Flávio Dino. Nos bastidores, parte dos magistrados avalia que há ambiente interno formado para constituir maioria no Plenário pela abertura do inquérito.

Açúcar em alta

A combinação entre anomalias climáticas provocadas pelo El Niño e a acentuada redução nos estoques estratégicos de açúcar na Índia criará as condições para o ciclo mais aquecido e altista (bullish) das commodities agrícolas nas últimas duas décadas. A avaliação foi feita por Jean-Luc Bohbot, ex-diretor de operações de açúcar da trading global Wilmar International. Segundo o analista, o mercado global do adoçante caminha para novos picos de cotação internacional, mesmo após o salto de 20% registrado em agosto de 2026. A retração de oferta atinge simultaneamente os dois maiores produtores do planeta: o Brasil e a Índia.

2027 quente

“O açúcar pode realmente ser a commodity super quente de 2027. Os riscos de escassez não diminuíram durante a alta recente; pelo contrário, aumentaram”, enfatizou Bohbot.

Tarifaço

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos preparam o primeiro encontro presencial de alto nível para tratar das negociações em torno das sobretaxas alfandegárias impostas por Washington a produtos e commodities brasileiras, mais conhecidas como tarifaço. A reunião está prevista para ocorrer em Milwaukee (EUA), entre os dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2026, paralelamente aos compromissos oficiais da agenda do G20.

Alvo de apuração, Flávio defende Moraes fora do STF

Segundo o senador, esta terça-feira será um dos dias mais importantes dos últimos anos para o Brasil

Reprodução / X



Flávio Bolsonaro, que está entre os investigados no caso Dark Horse, espera que o STF decida nesta terça-feira investigar Moraes

Estadão Conteúdo

Mesmo sendo alvo de investigações em meio à crise do Supremo Tribunal Federal (STF), o candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL) voltou a defender nesta segunda-feira, 14, o afastamento do ministro Alexandre de Moraes. Segundo ele, o julgamento sobre a abertura de inquérito contra o ministro, nesta terça-feira, representa um “dia importante”.

“Amanhã (terça-feira, 15) será um dos dias mais importantes dos últimos anos no Brasil. É o início de um julgamento que tenho certeza que vai fazer com que o Alexandre de Moraes seja oficialmente investigado com tudo que já veio à tona”, declarou a jornalistas, durante visita a Belém (Pará).

“Não há mais nenhuma dúvida que, pelo menos o Supremo, a maioria do Supremo no plenário tem a obrigação de autorizar o iní-

cio de investigação contra ele. Ele precisa ser afastado”, falou.

Flávio Bolsonaro voltou a se dizer a favor da retirada de sigilo de outros inquéritos, como o da fake news e o que apura fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social.

Ao mesmo tempo em que cobra respostas sobre o INSS, o senador evita falar sobre a investigação sobre o Dark Horse, filme biográfico sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, que apura suspeitas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e outros delitos relacionados ao financiamento da produção. No âmbito desta apuração, está a relação de Flávio Bolsonaro com Vercaro, para quem pediu o dinheiro usado no filme. Ele nega irregularidades.

Descrédito

O líder da oposição no Senado Federal e coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho (PL-RN), vê “descrédito” do STF e disse que o Senado deveria abrir uma apuração sobre crimes de responsabilidade

no Judiciário.

As declarações ocorreram nesta segunda-feira, 14, em entrevista a jornalistas. Ele comentou levantamento da Quaest, que mostrou que 56% dos brasileiros dizem que “desconfiam muito” do STF, e apenas 9% afirmam que confiam muito na Corte.

“Está fortemente impactado esse Poder, pelo descrédito, pela forma como alguns dos seus integrantes têm se comportado”, disse Marinho. “Como é que você pode ter um Judiciário em que a população majoritariamente não confia no tribunal?”, indagou.

O senador prosseguiu: “Esse nível de descrédito mostra que uma linha perigosa foi ultrapassada, e essa linha precisa ser resgatada. O País não tem previsibilidade, que não tem segurança jurídica, que não tem regras claras, mudadas ao sabor da conveniência do julgador, em função de critérios absolutamente movediços”.

Na ocasião, o parlamentar voltou a defender ações do Senado diante da crise no STF. “Este Senado da República deveria estar fazendo o seu papel.”

SUL EXPORT 2026

17 setembro
15h00

PAINEL Multimodalidade e conectividade de transportes

DEBATEDORES:



CELSON GALLEGARIO
Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz)



DJALMA VILELA
Presidente da Multilog



GLADYS VINCI
Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI)



LUCAS ATALIBA
Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF)



MARCELO MOSSI VENDRAMINI
Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu

FOZ DO IGUAÇU - PR

Transmissão ao vivo e gratuita pelo canal da TV BE News



www.forumbrasilexport.com.br

SUL EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO



APOIO



PRODUÇÃO



MARKETING



MÍDIA OFICIAL



POLÍTICA

Lula vê bets como “uma doença” e promete medida drástica em breve

Presidente revela que teve reunião fora da agenda com vítimas do vício em apostas e avisa que está preparando uma nova decisão sobre o tema. “É muito sofrimento”, avalia

Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou nesta segunda-feira, 14, que empresas de apostas online são como doenças. O presidente voltou a indicar que o governo vai tomar uma decisão drástica sobre o funcionamento das bets em breve.

“Estamos tomando decisões e logo logo a gente vai anunciar a decisão que a gente vai tomar em relação a isso porque é uma doença, não é um jogo. É a indução de inocentes a um vício”, declarou.

Lula disse também que teve uma reunião, fora da agenda, com vítimas do vício em apostas. O presidente disse que os impactos do jogo online está além do alcance do Estado.

“Ontem (domingo, 13), eu tive uma reunião muito penosa com pessoas que são vítimas das apostas nas bets. Possivelmente, quase nenhuma autoridade brasileira conhece por dentro o que está acontecendo em



Ricardo Stuckert

Lula afirmou que quase nenhuma autoridade brasileira conhece o que está acontecendo com pessoas viciadas

nosso país. É muito sofrimento e muita dependência”, afirmou.

A declaração de Lula foi feita durante a sanção da lei do Move Brasil, que amplia o acesso a crédito para motoristas de aplicativo, taxistas e outros trabalhadores de transporte.

A lei é originária de uma medida provisória (MP nº 1.366/2026) assinada por Lula e enviada ao Congresso Nacional em junho. A MP foi aprovada pelos parlamentares com

algumas modificações, como a ampliação das possibilidades de financiamento e a inclusão de novas regras para o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS).

O presidente também falou sobre o programa Move Brasil. Segundo ele, não é para ajudar somente os motoristas de aplicativos e taxistas, mas toda a sociedade brasileira. “Os empresários ganham e ganham muito com isso Move, as empresas de alimentos que

fazem entregas ganham e ganham muito”, disse Lula em cerimônia de sanção da lei do Move Brasil, que amplia o acesso a crédito para motoristas de aplicativo, taxistas e outros trabalhadores de transporte.

A lei é originária de uma medida provisória (MP nº 1.366/2026) assinada por Lula e enviada ao Congresso Nacional em junho. A MP foi aprovada pelos parlamentares com algumas modificações, como a ampliação das

possibilidades de financiamento e a inclusão de novas regras para o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS).

São destinados R\$ 30 bilhões para o financiamento de carros e motos novos para motoristas e entregadores. A legislação, assinada pelo governo e sancionada pelo presidente às vésperas da eleição presidencial, transforma o programa em perene até que se consuma o valor total destinado.

Políticas Públicas

Lula ainda afirmou que “não existe possibilidade de o País não dar um salto de qualidade se o Estado souber oferecer com políticas públicas as oportunidades que as pessoas precisam”.

Em seguida, o presidente defendeu ressocialização e oportunidades para pessoas que já passaram pelo sistema penitenciário. “São as pessoas, na figura do Estado e dos empresários, que podem garantir que uma pessoa que cometeu um erro, um desvio de conduta possa voltar a ser uma pessoa de bem na sociedade”, defendeu.

Durigan quer manter o arcabouço fiscal

Ministro da Fazenda disse que o país está cansado de troca de regras fiscais

Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, voltou a defender nesta segunda-feira, 14, a manutenção do atual arcabouço fiscal, com ajustes, como caminho

para dar previsibilidade à política econômica.

“O país está cansado de troca de regras fiscais. Há muita regra fiscal sendo trocada, muita promessa vazia. O arcabouço fiscal conseguiu trazer impacto fiscal neutro de 2024 a 2026, e ele precisa ser aperfeiçoado”, afirmou o ministro, ao comentar, durante seminário da Esfera, que a prioridade

deve ser fortalecer a regra vigente, e não substituí-la a cada ciclo.

Durigan argumentou que a consolidação do arcabouço e o avanço no ajuste das contas públicas são essenciais para reduzir a pressão sobre a taxa de juros e melhorar o ambiente de investimento.

Para ele, a estratégia passa por combinar responsabilidade fiscal com

um projeto de desenvolvimento, de forma a sustentar uma trajetória de melhora do equilíbrio fiscal ao longo do tempo.

Nesse contexto, ele destacou a necessidade de reduzir gastos obrigatórios, o que, na sua avaliação, ajuda a abrir espaço para juros mais baixos no País. “Temos que continuar revidendo o gasto obrigatório e olhar para que o Brasil

siga crescendo. As duas coisas são importantes”, defendeu.

Ele afirmou ainda que a equipe econômica obteve recentemente um avanço nessa frente, referindo-se aos gatilhos de contenção de gastos obrigatórios a partir do ano que vem. “Esse é um ganho ainda modesto, mas bastante importante para sinalizar essa trajetória”, declarou.



TRANSPORTES

Portos e aeroportos ganham novas políticas de inovação e sustentabilidade

Ministério cria a PD&I-Portos, atualiza diretrizes ambientais e lança programa para integrar a supervisão das estatais

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) instituiu, nesta segunda-feira (14), três medidas voltadas à sustentabilidade, à inovação no setor portuário e à governança das empresas estatais vinculadas à pasta. As portarias foram assinadas pelo ministro Tomé Franca e incluem a atualização da Política de Sustentabilidade, a criação da Política Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária (PD&I-Portos) e a instituição do Programa Impulsiona.

Segundo o ministério, as medidas criam mecanismos permanentes para planejamento, monitoramento de resultados, estímulo à inovação e acompanhamento das empresas públicas do setor.

“Com as portarias assinadas nesta segunda-feira, estruturamos uma gestão muito mais robusta em várias frentes vitais para a nossa logística. Com a PD&I-Portos, por exemplo, estamos criando as bases para que a inovação seja cada vez mais uma capacidade permanente do setor portuário brasileiro”, afirmou Tomé Franca.

As três iniciativas fazem parte de uma agenda de modernização do MPor voltada a mudanças tecnológicas, ambientais e de gestão nos setores portuário e aeroportuário.

Sustentabilidade

A atualização da Política de



As três iniciativas fazem parte de uma agenda de modernização do MPor voltada a mudanças tecnológicas, ambientais e de gestão nos setores portuário e aeroportuário

Sustentabilidade estabelece uma estrutura permanente de planejamento e monitoramento das ações ambientais. O ministério poderá definir anualmente compromissos relacionados a temas como descarbonização, água de lastro, qualidade do ar e poluição sonora.

O Pacto pela Sustentabilidade, instrumento de adesão voluntária das organizações, também foi atualizado. No setor aeroportuário, o padrão internacional Airport Carbon Accreditation (ACA) passa a ser reconhecido como referência para comprovação de avanços na gestão das emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com o MPor, a mudança busca padronizar critérios e facilitar o acompanhamento das ações ambientais desenvolvidas pelas empresas e organizações dos setores regulados pela pasta.

“Essa nova agenda vai trazer discussões importantes para o setor e trata-

remos da melhor maneira possível as questões envolvendo ESG”, afirmou a diretora de Sustentabilidade do MPor, Rafaela Gomes.

Inovação portuária

A PD&I-Portos cria um referencial nacional para orientar, fomentar e coordenar iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor portuário.

Entre os instrumentos previstos estão o Programa InovaPortos e os Hubs de Inovação Portuária. A proposta é aproximar portos, universidades, startups, empresas de tecnologia e instituições de pesquisa para desenvolver soluções aplicáveis às operações portuárias.

A política surgiu a partir das discussões do Programa Navegue Simples e, segundo o ministério, pretende dar continuidade e escala a projetos de inovação que atualmente são conduzidos de forma isolada.

“Essa portaria vem pre-

encher uma lacuna para a inovação no setor portuário. Ela traz definições, governanças e um cronograma para estabelecer um programa de inovação do setor. Ela é a principal entrega do programa Navegue Simples e não vai acabar nunca”, afirmou o diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike.

Tomé Franca também relacionou a política à preparação da infraestrutura portuária para mudanças tecnológicas. “Preparar os nossos portos para o futuro significa também criar condições para pesquisar, desenvolver, experimentar, compartilhar conhecimento, cooperar e inovar”, afirmou.

Governança

A terceira medida é o Programa Impulsiona, destinado à supervisão ministerial das empresas estatais vinculadas ao MPor, entre elas a Infraero, a Autoridade Por-

tuária de Santos (APS) e as Companhias Docas.

Coordenado pela Secretaria-Executiva, o programa reunirá informações e diagnósticos das empresas para subsidiar o planejamento do ministério e identificar oportunidades de cooperação e de ganhos de eficiência.

A proposta também prevê maior alinhamento entre o planejamento estratégico das estatais e as políticas públicas definidas pelo MPor, preservando a autonomia administrativa e operacional de cada empresa.

Com uma estrutura única de coordenação, o programa deverá centralizar informações hoje distribuídas entre diferentes áreas e ampliar a integração entre as empresas vinculadas à pasta.

Segundo o ministério, as três portarias foram estruturadas para incorporar de forma permanente às políticas de portos e aeroportos mecanismos relacionados a sustentabilidade, inovação, planejamento e governança.

TRANSPORTES | Aviação

Anac endurece punições a passageiros indisciplinados

Norma permite suspensão de voos domésticos por até 12 meses e multa-base de R\$ 17,5 mil em casos graves

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Entraram em vigor nesta segunda-feira (14) as novas regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para passageiros que adotarem comportamentos capazes de colocar em risco a segurança, a ordem ou a integridade de pessoas em aeroportos e aeronaves. A Resolução nº 800/2026 prevê medidas que vão de advertências à suspensão do direito de embarcar em voos domésticos por até 12 meses, além de sanções administrativas.

A norma, aprovada em março, regulamenta o tratamento dado aos chamados passageiros indisciplinados e estabelece procedimentos para empresas aéreas e operadores aeroportuários. As medidas podem incluir

advertência, acionamento das autoridades policiais, contenção do passageiro, retirada da aeronave e interrupção do transporte nos casos de maior gravidade.

Entre as condutas previstas estão agressões, ameaças, intimidação, descumprimento de orientações de segurança da tripulação, fumo a bordo, importunação sexual, falsa ameaça de bomba e tentativa de acesso à cabine de comando.

Nos casos classificados como gravíssimos, o passageiro poderá ficar impedido de realizar viagens aéreas por período de seis meses a um ano. A restrição vale para voos domésticos. Em voos internacionais, prevalecem as regras das convenções internacionais aplicáveis ao transporte aéreo.

A resolução também alcança atos praticados nas áreas dos aeroportos, inclusive em operações de embarque e desembarque internacionais. As compa-

nhias aéreas poderão compartilhar entre si as informações necessárias para identificar passageiros submetidos à suspensão.

A penalidade será aplicada pela empresa responsável pela ocorrência. O passageiro deverá ser informado sobre a acusação, as sanções previstas, os valores de eventuais multas ou o período de suspensão, além dos mecanismos e prazos para apresentação de defesa e recurso. Os operadores aéreos terão de manter os registros das ocorrências por pelo menos cinco anos.

Para atos classificados como graves ou gravíssimos, a Anac estabeleceu multa-base de R\$ 17,5 mil, que poderá ser alterada de acordo com as circunstâncias apuradas no processo administrativo.

Segundo o diretor-presidente da Anac, Tia go Faienstein, a resolução regulamenta o artigo 232 do Código Brasileiro de Aeronáutica e segue práticas adotadas internacional-

mente e diretrizes da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci).

Casos crescem

A entrada em vigor das novas regras ocorre em meio ao aumento das ocorrências de indisciplina na aviação brasileira. Dados da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) apontam que foram registrados 1.764 episódios em 2025, média próxima de cinco por dia e crescimento de 66% em relação aos 1.061 casos contabilizados em 2024.

No primeiro semestre deste ano, foram 881 ocorrências, aumento de 22% sobre o mesmo período de 2025. Desse total, 154 foram consideradas graves.

Durante coletiva realizada nesta segunda-feira na sede da Anac, o presidente da Abear, Juliano Norman, afirmou que a regulamentação busca preservar a segurança dos cerca de 130 milhões de usuários anuais do transporte aéreo

brasileiro e reduzir impactos operacionais provocados por ocorrências desse tipo.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, também relacionou a medida aos efeitos que um único episódio pode provocar sobre uma operação aérea. “Às vezes, um único comportamento inadequado prejudica a tripulação e mais de 180 passageiros, gerando um prejuízo em cascata na malha aérea. Essa medida foi adotada justamente em um momento de crescimento dos casos de indisciplina”, afirmou.

Situações envolvendo passageiros indisciplinados podem provocar atrasos, mudanças de rota, interrupção de voos e cancelamentos, além da necessidade de intervenção de equipes de segurança e autoridades policiais.

Campanha

A entrada em vigor da resolução também é acompanhada por uma campanha de conscientização promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, Anac, Abear e Aeroportos Brasil (ABR).

Com o slogan “Parece exagero. É segurança”, a iniciativa procura alertar os passageiros para comportamentos que podem comprometer a operação dos voos e reforçar a obrigatoriedade de cumprimento das orientações das tripulações.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a campanha pretende mostrar que atitudes aparentemente de menor gravidade podem afetar passageiros, tripulantes e trabalhadores dos aeroportos e gerar reflexos sobre a programação das companhias aéreas.



Divulgação

Para atos graves ou gravíssimos, a Anac estabeleceu multa-base de R\$ 17,5 mil, que poderá ser alterada de acordo com as circunstâncias apuradas no processo administrativo

Canal Itajaí-Navegantes volta a operar com restrições

Navegação no complexo foi liberada nesta segunda-feira (14), mas entradas e saídas de navios dependerão das condições de segurança

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

O canal de acesso ao Complexo Portuário de Itajaí-Navegantes (SC) foi reaberto com restrições na manhã desta segunda-feira (14), após permanecer fechado para manobras de navios durante o fim de semana. A liberação foi determinada pela Autoridade Marítima e confirmada pela Superintendência do Porto de Itajaí (SPI).

O canal havia sido declarado temporariamente impraticável às 22h30 da última sexta-feira (11), em razão da forte correnteza registrada no Rio Itajaí-Açu.

De acordo com a SPI, a Autoridade Marítima estabeleceu restrições para a realização das manobras devido à persistência da correnteza do rio.

As condições de maré

deverão ser previamente avaliadas para cada operação, especialmente nos períodos de enchente e vazante. “As operações serão, portanto, realizadas de acordo com as condições de segurança verificadas para cada manobra”, informou a Superintendência do Porto de Itajaí em nota.

O órgão informou ainda que segue acompanhando permanentemente as condições do canal de acesso, em conjunto com a Autoridade Marítima e os demais agentes envolvidos nas operações do complexo.

Com a reabertura, as entradas e saídas de embarcações poderão ser retomadas, mas continuarão condicionadas à avaliação das condições de correnteza e maré. Com isso, os horários programados para os navios que aguardam atendimento no complexo poderão sofrer alterações.

O fechamento registrado no fim de semana marcou uma nova interrupção da navegação no Complexo



Divulgação

O fechamento do canal registrado no fim de semana marcou uma nova interrupção da navegação no Complexo Portuário de Itajaí-Navegantes em um intervalo de duas semanas

Portuário de Itajaí-Navegantes em um intervalo de duas semanas.

No início do mês, o canal ficou fechado por quase três dias, entre 31 de agosto e 3 de setembro. Na ocasião, a Autoridade Marítima também determinou a retomada das operações com restrições, diante das condições de correnteza e segurança

para a navegação.

Além da intensidade da correnteza, o complexo portuário enfrenta os efeitos do elevado transporte de sedimentos pelo rio. As chuvas intensas na bacia do Itajaí-Açu aumentaram o transporte de material para o canal de acesso, exigindo a intensificação dos trabalhos de dragagem.

Na semana passada, a Superintendência do Porto de Itajaí informou que mais de 1,5 milhão de metros cúbicos de sedimentos haviam sido retirados em aproximadamente uma semana de trabalhos. O volume corresponde a praticamente metade do material que normalmente seria dragado ao longo de um ano.

DP World passa a integrar a AmCham Brasil

Companhia mantém plano de expansão no Porto de Santos, com capacidade prevista de 1,7 milhão de TEU até o fim de 2026

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A DP World passou a integrar o quadro de associados da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham Brasil), segundo comunicado divulgado pela companhia nesta semana. A adesão ocorre enquanto a operadora amplia sua estrutura no Porto de Santos,

onde mantém seu principal terminal no país.

A empresa investe R\$ 1,6 bilhão na expansão da unidade santista, com o objetivo de elevar a capacidade anual de movimentação de contêineres para 1,7 milhão de TEU até o fim de 2026. Em etapas posteriores, a previsão é alcançar 2,1 milhões de TEU por ano.

A AmCham Brasil reúne mais de 3.500 empresas associadas em 16 cidades. Segundo a própria entidade,

as companhias participantes respondem, em conjunto, por cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Para o CEO da DP World no Brasil, Fabio Siccherino, a entrada na entidade amplia os canais de relacionamento da empresa com outras companhias que atuam no comércio e nos investimentos no país.

“O Brasil é um mercado estratégico para a DP World, e a entrada na AmCham nos

dá mais uma plataforma para nos conectarmos e nos relacionarmos com as empresas que impulsionam o comércio e o investimento no país”, afirmou, em nota.

A DP World atua no Brasil desde 2013, quando passou a operar o terminal de contêineres em Santos. A companhia também mantém seis escritórios de logística no país, localizados em Santos, São Paulo, Campinas, Itajaí, Curitiba e Porto Alegre. Por meio dessas uni-

dades, oferece serviços de agenciamento de cargas, logística contratada e transporte multimodal.

No mercado internacional, a DP World está presente em 85 países e informa possuir capacidade portuária de 110 milhões de TEU, além de mais de 300 escritórios de agenciamento de cargas.

Nas Américas, a empresa emprega mais de 16 mil pessoas em 12 países e opera 14 portos e terminais, além de mais de 40 armazéns.

TRANSPORTES | Portos

Ogmo diploma novos trabalhadores para reforçar operações

Com nova diplomação de profissionais, órgão já inseriu mais de mil trabalhadores avulsos nos últimos quatro anos

Divulgação

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

O Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Ogmo Santos) realizou nesta segunda-feira (14) a diplomação de 14 novos trabalhadores portuários avulsos (TPAs) que atuarão na categoria de capatazia no Porto de Santos (SP).

A cerimônia foi realizada na sede do Ogmo e complementa a diplomação ocorrida em julho deste ano, quando outros 290 profissionais da mesma categoria foram habilitados. Com o novo grupo, são 304 trabalhadores de capatazia diplomados nas duas etapas.

Segundo o Ogmo Santos, a abertura das vagas é resultado de convenção coletiva firmada entre o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e o Sindicato



A cerimônia foi realizada na sede do Ogmo e complementa a diplomação ocorrida em julho deste ano, quando outros 290 profissionais da mesma categoria foram habilitados

dos Trabalhadores Empregados na Administração e nos Serviços de Capatazia dos Portos, Terminais Privativos e Retroportuários no Estado de São Paulo (Sintraport).

“Para o Ogmo é uma honra poder receber e garantir a continuidade do trabalho portuário para o futuro, trazendo pessoas com uma nova visão, uma nova capacidade e vão ter tempo para atender a demanda

crescente do Porto de Santos”, afirmou Evandro Schmidt Pause, diretor-executivo do Ogmo Santos.

Com a nova diplomação, o Ogmo ultrapassou a marca de 1 mil novos trabalhadores portuários avulsos inseridos em seu sistema nos últimos quatro anos. De acordo com o diretor executivo do órgão esta é a quinta ampliação do quadro de trabalhadores realizada no período.

“Nós temos um porto que cresce 5% ao ano, e o trabalho portuário avulso é uma das maneiras mais interessantes para o operador, principalmente para aquele que tenha uma atividade sazonal. A sazonalidade está inclusa no dia a dia, um dia tem navio, outro dia não tem, um dia tem uma demanda, outro não tem... Com esse crescimento do porto vamos demandar mão de obra qualificada e esse é o papel do Ogmo”, completou Pause.

Os 14 profissionais foram aprovados em um processo seletivo com duração aproximada de seis meses e passarão a atuar na categoria Capatazia/Sintraport. A seleção foi conduzida pelo Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP), enquanto o treinamento dos novos trabalhadores ficou sob responsabilidade do Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

Participaram da cerimônia de diplomação o presidente do Sintraport, Miro Machado, e o conselheiro

do OGMO Santos e diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil, Marcelo Patrício.

“O processo foi feito junto de forma a oxigenar o sistema, trazendo novos cadastros para o sistema portuário, uma vez que no sistema faltava trabalhadores portuários para o atendimento das requisições. Isso vem a atender o pedido, a necessidade do porto, graças ao crescimento que ano após ano vem batendo recordes”, comentou Patrício.

Tradição familiar

Um dos destaques da cerimônia foi a passagem de geração de trabalhadores no Porto de Santos. Um dos diplomados, Luis Henrique Gomes Souza, de 19 anos, recebeu o diploma das mãos do avô, Antônio Gomes Y Gomes Filho.

Antônio atua como trabalhador portuário avulso desde 1979 e esteve no local para parabenizar o neto, marcando o início da trajetória dele no setor.

Antaq leva formação portuária a estudantes do Espírito Santo

Cerca de 180 alunos participaram de atividades sobre fiscalização, tecnologia e carreiras ligadas à logística

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Cerca de 180 estudantes do Curso Técnico em Portos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) participaram, na semana passada, de uma edição do projeto Antaq na Escola, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O encontro teve como tema “Mo-

dernização dos Portos e os Desafios para a Qualificação de Jovens Profissionais”.

A programação foi realizada no auditório do Ifes e apresentou aos alunos diferentes aspectos do funcionamento do setor portuário e logístico, incluindo a atuação dos órgãos fiscalizadores, o trabalho desenvolvido pelas unidades regionais da Antaq e as possibilidades profissionais ligadas às atividades portuárias e marítimas.

Durante o encontro, fo-

ram abordadas áreas como operação portuária, navegação, agenciamento marítimo e despacho aduaneiro. Uma das apresentações tratou especificamente das atividades de fiscalização e do uso de drones como ferramenta de apoio ao acompanhamento de terminais e de áreas de difícil acesso.

Além de servidores da Antaq, participaram representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Vports, da Capitania

dos Portos do Espírito Santo, da Receita Federal e da Polícia Federal, além de profissionais do setor privado e de entidades ligadas às atividades portuárias e marítimas.

O projeto Antaq na Escola foi criado pela Unidade Regional de Fortaleza da agência e é voltado a estudantes de cursos técnicos e profissionais relacionados ao setor portuário e logístico. Segundo a Antaq, a iniciativa busca aproximar os alunos do funcionamento das atividades reguladas pela

agência e apresentar possibilidades de atuação profissional em um setor marcado pela incorporação crescente de novas tecnologias.

No Ceará, o projeto já teve sete edições. A passagem pelo Espírito Santo incluiu atividades teóricas e uma visita técnica.

A programação foi encerrada na sexta-feira (11), quando 70 alunos do terceiro ano do Curso Técnico em Portos visitaram as instalações da Vports, no Porto de Vitória.

TRANSPORTES | Navegação > Opinião



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Dragagem no Amazonas: investimento milionário ou desperdício anunciado?

Há seca na Amazônia. Há redução no nível dos rios. É quase certo que haverá transbordo de contêineres próximo à Itacoatiara, no trânsito dos navios de cabotagem e longo curso que transportam cargas com destino a Manaus. Com isso, os custos da seca aumentarão e teremos uma repetição do que aconteceu em 2024. Nestes últimos anos, entre o caos logístico de 2023, o arranjo de 2024 e a seca mais amena de 2025, aprendemos bastante como sociedade, mas ainda fizemos menos do que o necessário.

Novamente se planeja e se executa uma dragagem. Com boa-vontade e diligência, gastaremos mais de R\$ 90 milhões numa operação que é provável que seja, em boa medida, inútil. É um enorme esforço operacional, com delimitação mais cautelosa da área, por parte da Marinha, com realização do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) com um equipamento mais apropriado, diferenciando o improvisado de 2023, mas, ao final, com um desfecho que será, provavelmente, muito semelhante ao que aconteceu em 2024: o maior rio do mundo, com um volume gigante de água, terá dois trechos de restrição que impedirão a navegação das grandes embarcações.

É uma pena, pois seguiremos fazendo uma obra cara, sem um estudo prévio compatível com a necessidade e que verifique qual a obra mais acertada para ser feita. Tudo isso parece ótimo para a mídia rápida. Inútil para a vida empresarial que depende deste tipo de trânsito, afinal será difícil de evidenciar uma análise custo-benefício adequada, que é o método preconizado na literatura da Engenharia Civil e Hidroviária para obras públicas de grande porte. Afinal, mesmo com a dragagem, a “hidrovia” deixará de operar para a navegação de maior calado.

Os custos serão enormes. A interrupção servirá novamente

de argumento para a concessão, por mais que não existam estudos demonstrando que a concessão resolve. E, claramente, a concessão, em minha opinião, não resolve. A causa do problema é a seca provocada pelo El Niño, que parece agora ser um consenso amplo. Tivemos um ano de alívio e parece que esquecemos do problema. Voltamos a fazer o que não resolve, como se não tivéssemos visto a inutilidade de 2023 e 2024. Gasta-se muito com obra ineficaz, mas não se estuda qual seria a obra eficaz. Em minha opinião, uma hipótese seria investigar o efeito do aprofundamento do canal como solução perene e que acabe com as dragagens.

Mesmo apresentando uma hipótese, que não sei se é válida, sigo com a percepção de que ninguém tem clareza e evidências de Engenharia sobre qual a solução para o problema, com documentação ampla e que não seja facilmente refutada. Enquanto não houver este estudo, o que teremos são soluções para redes sociais. Não temos soluções para a economia real ou para a logística da indústria amazense. É oportuno começarmos a enfrentar o assunto de frente.

Minimamente, este artigo poderá se mostrar errado em 15/11/2026, caso a dragagem seja eficaz e a navegação não tenha sido interrompida. Por outro lado, poderemos, no dia da República, voltar ao tema da importância do debate republicando sobre o que interessa aos amazonenses, no que diz respeito à Engenharia Hidroviária do Rio Amazonas, no entorno da Foz do Rio Madeira e da região do Tabocal: afirmando que em setembro de 2026, havíamos documentado publicamente que a dragagem seria inútil e se desperdiçou mais um ano e mais alguns milhões de reais.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

SIGO COM A PERCEPÇÃO DE QUE NINGUÉM TEM CLAREZA E EVIDÊNCIAS DE ENGENHARIA SOBRE QUAL A SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA, COM DOCUMENTAÇÃO AMPLA E QUE NÃO SEJA FACILMENTE REFUTADA. ENQUANTO NÃO HOUVER ESTE ESTUDO, O QUE TEREMOS SÃO SOLUÇÕES PARA REDES SOCIAIS

TRANSPORTES | Rodovias

ANTT autoriza testes de controle de velocidade em rodovias

Projetos-piloto autorizados pela ANTT vão avaliar a tecnologia em condições reais de operação, sem aplicação de multas pela velocidade média nesta etapa

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou projetos-piloto para testar o controle de velocidade média em trechos de rodovias federais concedidas. Os experimentos vão avaliar a confiabilidade dos dados, o funcionamento dos equipamentos, o comportamento dos usuários e o desempenho da tecnologia em condições reais de operação.

As autorizações foram emitidas pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) e publicadas em 9 de setembro. Os testes terão caráter provisório e experimental e serão realizados em segmentos específicos de diferentes concessões.

Entre os trechos auto-

rizados está um segmento de três quilômetros da BR-101/SC, entre os km 312 e 315, administrado pela Via-Costeira. Nesse caso, o projeto-piloto terá duração de 180 dias, contados a partir da implantação dos equipamentos e do início do monitoramento.

Diferentemente da fiscalização convencional, que mede a velocidade de um

veículo em um único ponto da rodovia, o sistema de velocidade média considera a distância percorrida e o tempo gasto pelo veículo entre dois pontos de monitoramento. A partir desses dados, é calculada a velocidade média desenvolvida no trecho.

A tecnologia será utilizada inicialmente para coleta e análise de informações.

As concessionárias deverão manter sinalização adequada nos segmentos monitorados e encaminhar mensalmente os resultados dos experimentos à SUROD.

Sem aplicação de multas

Nesta etapa, os dados obtidos nos projetos-piloto não poderão ser utilizados para autuação ou aplicação de

penalidades com base exclusivamente na velocidade média registrada no trecho. A iniciativa tem caráter técnico, educativo e experimental.

Uma eventual utilização da tecnologia para fiscalização sancionatória dependerá de novas avaliações técnicas, regulatórias e jurídicas, além das autorizações necessárias.

No caso da ViaCosteira, a autorização não estabelece uma velocidade média específica para o teste nem determina um modelo único de equipamento. A proposta é reunir informações sobre o funcionamento da solução nas condições previstas para o projeto-piloto.

A ANTT acompanhará os resultados dos diferentes experimentos para avaliar a eficiência da tecnologia e reunir elementos técnicos que possam subsidiar futuras decisões sobre a adoção do controle de velocidade média nas rodovias concedidas.



Divulgação

Os dados obtidos nos projetos-piloto não poderão ser utilizados para autuação ou aplicação de penalidades com base exclusivamente na velocidade média registrada no trecho

Agência cria metodologia para avaliar mudanças em obras de concessões

Proposta define critérios para concessionárias substituírem soluções de engenharia previstas nos contratos, desde que mantenham ou melhorem a função original

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) propôs uma metodologia para avaliar pedidos de concessionárias que pretendam substituir soluções de engenharia

previstas nos contratos de concessão de rodovias federais. A proposta estabelece critérios para comparar a alternativa apresentada com a solução originalmente prevista e determina que a mudança deverá manter ou melhorar sua função.

A metodologia será aplicada quando a concessionária solicitar a substituição de uma solução de investimento prevista no contrato ou no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Alternativas consi-

deradas tecnicamente inferiores à solução original não poderão ser adotadas.

O modelo terá caráter não vinculante e servirá como apoio técnico à análise da ANTT, sem substituir a decisão administrativa da agência.

A proposta de Instrução Normativa de Demandas de Alteração de Investimento (DAI) estabelece as etapas para apresentação e análise dos pedidos. O texto prevê procedimentos para o protocolo e a instru-

ção das demandas, análise técnica, aplicação de metodologia multicritério e definição dos critérios para aceitar ou rejeitar uma solução alternativa.

A regulamentação também estabelece diretrizes para a substituição de conjuntos funcionais de investimentos e do estoque de obras, além de prever procedimentos para demandas de maior complexidade, responsabilidades e efeitos das alterações.

O texto trata ainda das

obrigações relacionadas ao estoque de obras em situações de extinção da concessão e das disposições finais.

A proposta foi discutida pela ANTT na quinta-feira (10). A reunião teve 18 participantes presenciais, sendo que um fez manifestação oral presencial e três participaram com manifestações de forma virtual.

As contribuições à proposta podem ser enviadas até 30 de setembro pelo sistema ParticipANTT.

SUL EXPORT 2026

InfraJUR

Encontro Regional
de Direito de Transportes,
Energia e Mineração

17 SETEMBRO
18H15

Apresentação

MARCELO PETRY

Diretor de Relações Institucionais
da Academia Brasileira de Direito
da Infraestrutura (ABDInfra)



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



FOZ DO IGUAÇU - PR

www.forumbrasilexport.com.br

SUL
EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PRODUÇÃO



MÍDIA OFICIAL



BRASIL EXPORT

Ministros de Portos e Meio Ambiente confirmam participação em fóruns do Brasil

Tomé Franca estará no Sul Export e no Fórum Nacional; João Paulo Capobianco participará do encontro nacional

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Os ministros de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, participarão de eventos promovidos pelo Grupo Brasil Export. Franca estará no Sul Export, marcado para esta quinta-feira (17), em Foz do Iguaçu (PR), e também no Fórum Nacional Brasil Export, previsto para 6 de outubro, em Brasília (DF). Capobianco confirmou presença no encontro nacional.

A participação dos ministros amplia a presença do governo federal nos debates



Divulgação

À frente do Ministério de Portos e Aeroportos desde abril deste ano, Tomé Franca tem participado de discussões sobre investimentos e expansão da infraestrutura de transportes

tes promovidos pelo grupo, que reúnem representantes do setor público e privado para discutir infraestrutura, logística, transportes, portos e desenvolvimento econômico.

O calendário oficial do Brasil Export confirma as duas agendas.

À frente do Ministério de Portos e Aeroportos desde abril deste ano, Tomé Franca

tem participado de discussões sobre investimentos e expansão da infraestrutura de transportes. Em agendas recentes, o ministro também tem defendido a ampliação

da participação privada no setor e apresentado projetos brasileiros a potenciais investidores internacionais.

No Fórum Nacional, a presença de Franca e Capobianco deve ampliar o espaço para discussões que envolvem infraestrutura e logística em conjunto com questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

O Sul Export 2026 será realizado em Foz do Iguaçu nos dias 17 e 18 de setembro e encerra o calendário de fóruns regionais do Grupo Brasil Export. Já o Fórum Nacional Brasil Export 2026 ocorrerá em Brasília, de 6 a 8 de outubro, reunindo lideranças dos setores público e privado.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos – a confirmar; Fernando Furiatti, Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná; General Joaquim Silva e Luna, Prefeito de Foz do Iguaçu – a confirmar; Fabio Silveira, Presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, Procuradora Seccional da União no Estado do Paraná; Regilânio Isaías Aguiar de Melo, Comandante do Segundo Centro Integrado da Força Aérea Brasileira; Hugo Pastore, Diretor-Executivo da Câmara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, Presidente do Conselho do Sul Export; Demais autoridades a confirmar

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Moderação: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil
• Segurança da navegação e marcos regulatórios • Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária • Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica

Apresentação: Felipe Ribolla Masetti, Technomar Engenharia

Debatedores: Henrique Horn Ilha, Diretor de Meio Ambiente da Portos RS; Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Rodolfo Gonçalves, CEO da JB Energy

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

• Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul • Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado • Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados

Apresentação: Conrado Frezza, Coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da INFRA S.A.

Debatedores: Daniel Rodrigues Aldigueri, Diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos; Fabiano Ramalho, Diretor de Finanças e Gestão da SCPar; Osmari de Castilho Ribas, Diretor Superintendente Administrativo da Portonave; Paulo Bertinetti, Diretor-Presidente do Tecon Rio Grande

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil

Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export
• Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul • A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos • O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados • Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo
Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Roberto Bisogni, Diretor de

Planejamento Operacional e Logística da Klabin; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Alberto Machado, Diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Porto Itapoá

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

• Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região • Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País • Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegario, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Gladys Vinci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Coffee break – Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: James Winter, Sócio Fundador da Macedo & Winter Advogados Associados e Mestre em Direito dos Negócios pela FGV/SP

• Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil • Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval • Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

• “Financiamento verde” e atração de capital para investimentos em rodovias • Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais • O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias

Debatedores: José Carlos Cassaniga, Diretor-Presidente da EPR; Cynthia Ruas, Superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes – a confirmar; Demais participantes a confirmar

18h15 InfraJur – Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração
Apresentação: Marcelo Petry, Diretor de Relações Institucionais da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura (ABDInfra)

InfraJur – Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

18h45 Momento IBL/Frenlogi

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

PETRÓLEO E GÁS

Preço médio do diesel S-10 sobe 1,3% e chega a R\$ 6,97, diz ANP

Levantamento mostra valores praticados na segunda semana de setembro. A gasolina comum manteve a média nacional de R\$ 6,53 por litro e o etanol subiu em 14 Estados

Estadão Conteúdo

O preço médio do diesel S-10 avançou 1,31%, para R\$ 6,97 por litro, na semana entre 6 a 12 de setembro em relação à semana anterior, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A gasolina comum manteve a média nacional de R\$ 6,53 por litro. Regionalmente, o maior preço médio apareceu no Norte, a R\$ 7,00 o litro, e o menor no Sul, a R\$ 6,39, mostram os dados da ANP.

Já o preço médio do gás de cozinha apresentou variação de 0,2%, a R\$ 114,28 o botijão de 13 quilos.

Entre as regiões, o valor mais alto foi registrado no Norte, a R\$ 125,19, enquanto o menor preço médio foi observado no Sudeste, a R\$ 111,24.

Já os preços médios do etanol hidratado subiram em 14 Estados e no Distrito Federal (DF), caíram em 8 e ficaram estáveis em 3 outros na semana de 6 a 12 de setembro. No Amapá não houve cotação.

Nos postos pesquisados pela ANP em todo o País, o preço médio do etanol subiu 2,28%, a R\$ 4,04 o litro. Em São Paulo, principal Estado produtor, consumidor e com mais postos avaliados, o preço subiu 1,62%, para R\$ 3,76 o litro.

A maior queda ocorreu no Acre, de 1,98%, a R\$4,96 o litro. A maior alta foi registrada em Goiás, de 11,51%, a R\$ 4,36/litro.

O preço mínimo registrado na semana para o etanol em um posto foi de R\$ 2,89 o litro, em Minas Gerais. O maior preço, de R\$ 6,50 o litro, foi observado no Acre. Já o menor preço médio estadual, de R\$ 3,76 o litro, foi registrado em São Paulo, enquanto o maior preço médio foi verificado no Rio Grande do Norte, de R\$ 5,39 o litro.

A ANP divulga o le-

vantamento de preços de combustíveis sempre às sextas-feiras, mas o balanço foi adiado para esta segunda-feira.

Competitividade

O etanol era mais competitivo em relação à gasolina em 11 Estados e no Distrito Federal na semana de 6 a 12 de setembro. Na média dos postos pesquisados no País, o etanol apresentou paridade de

61,87% em relação à gasolina, porcentual favorável ao biocombustível, conforme levantamento da ANP compilado pelo AE-Taxas.

A paridade foi de 66,40% no Acre; 67,46% na Bahia; 65,57% no Distrito Federal; 65,37% em Goiás; 57,19% em Mato Grosso; 60,78% em Mato Grosso do Sul; 65,29% em Minas Gerais; 69,57% no Pará; 61,82% no Paraná; 69,19% em Rondônia;

67,34% em Santa Catarina e 59,21% em São Paulo.

Executivos do setor observam que o etanol pode ser competitivo mesmo com paridade superior a 70%, a depender do veículo em que o biocombustível é utilizado. Entretanto, pela metodologia adotada, o etanol é considerado economicamente mais vantajoso quando seu preço corresponde a até 70% do valor da gasolina.

Agência Brasil



O diesel teve alta no preço médio na semana entre 6 a 12 de setembro em relação à semana anterior, segundo a ANP

Trump prevê queda no preço do petróleo

Presidente dos EUA disse que o fluxo está voltando ao normal no Estreito de Ormuz

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ressaltou nesta segunda-feira, 14, que o petróleo está voltando a fluir pelo Estreito de Ormuz e disse que outros países deverão reembolsar Washington

pelos custos relacionados ao conflito com o Irã.

Em publicação na Truth Social, Trump afirmou que os EUA estão agindo “muito mais pelos outros do que por nós mesmos” e criticou países que, segundo ele, não ajudaram Washington durante a crise. “Os países do mundo, que não nos ajudaram em absolutamente nada, deveriam e vão reembolsar os Estados Unidos quando essa farsa de guerra acabar”, escreveu.

Em outra postagem, o

republicano voltou a atribuir ao governo do ex-presidente Joe Biden a responsabilidade pela alta de preços nos Estados Unidos e afirmou que, com exceção temporária do petróleo, os preços estão caindo “fortemente”.

Trump também disse que a cotação do petróleo deverá recuar de forma acentuada ao fim da guerra com Teerã. “O petróleo vai cair como uma pedra assim que o conflito militar com o Irã acabar, e isso não vai

demorar”, escreveu.

Pouco antes, em outra publicação, o republicano frisou que a alta dos preços do diesel era causada “principalmente” pela guerra entre Rússia e Ucrânia, e não pela operação militar contra o Irã.

O presidente acrescentou que o petróleo chegou a ser negociado a preços mais altos durante o governo Biden do que atualmente e voltou a defender a atuação americana contra o programa nuclear ira-

niano, reafirmando que os EUA impediram Teerã de obter uma arma nuclear.

Pela manhã, o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, demonstrou confiança com um aumento dos fluxos de petróleo pelo Estreito de Ormuz nas próximas semanas. O trabalho de reparo em um oleoduto saudita atingido por ataques, por outro lado, deve demorar semanas, o que prejudica os fluxos da commodity pelo Mar Vermelho, evitando Ormuz.

MINERAÇÃO

MPF aciona Vale por danos ambientais em mina de Congonhas

Ação também envolve ANM e governo de Minas e pede auditoria independente para acompanhar segurança e recuperação da área

Estadão Conteúdo

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra a Vale, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o

governo de Minas Gerais para reparação de danos ambientais causados pelo extravasamento de água e sedimentos na mina de Viga, em Congonhas (MG), em janeiro de 2026. O MPF pede a contratação de auditoria técnica independente, custeada pela Vale e sem conflito de interesses, para atuar no acompanhamento ambiental e na seguran-

ça operacional do local. A ação foi ajuizada no último dia 9, quarta-feira. “Um evento que provocou o extravasamento de estruturas da mina e o transporte de sedimentos para os cursos de água exige o acompanhamento por auditoria técnica independente, para avaliar a segurança das medidas adotadas e a adaptação das instalações a chuvas

intensas”, afirma o procurador da República Eduardo Henrique de Almeida Aguiar, autor da ação. Em nota, o MPF lembra que após o incidente, a ANM realizou vistoria na mina e determinou a interdição total por constatar comprometimento da infraestrutura e ausência de comprovação da segurança operacional. Então, o MPF solicitou o bloqueio de R\$ 200 milhões da Vale para garantia de reparação e a suspensão da transferência de direitos minerários.

mou, em nota, que, até o momento, não teve conhecimento da ação. Disse ainda que, mesmo diante do acordo assinado com o MP-MG e o Estado de Minas Gerais, em agosto, segue empenhada nas tratativas com o MPF para composição extrajudicial. “A empresa vem adotando todas as medidas necessárias para a recuperação da área, em alinhamento com os órgãos competentes.”

Em nota, a ANM informou que acompanha a situação da mina e concentra sua atuação na análise do pedido de desinterdição. “O procedimento envolve fiscalizações presenciais, avaliação da documentação técnica e verificação do efetivo cumprimento das exigências formuladas pela agência.”

Procurado, o governo de Minas Gerais não respondeu às tentativas de contato até o fechamento desta nota.



Agência Brasil

O MPF ajuizou uma ação civil pública para reparação de danos ambientais causados pelo extravasamento de água e sedimentos na mina de Viga, em Congonhas, em janeiro

Posicionamentos

Procurada, a Vale infor-

Ouro cai com alta do petróleo e temor de juros maiores nos EUA

Metal recua 1,29% em Nova York após avanço da commodity reforçar preocupações com inflação e postura mais rígida do Fed

Estadão Conteúdo

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta segunda-feira, 14, em uma sessão com renovada alta do petróleo diante do acirramento das disputas no Oriente Médio. Ataques na Arábia Saudita ameaçam ainda mais o suprimento da

commodity, o que eleva os temores inflacionários e alimenta a expectativa por maior rigidez do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) na política monetária. Com dólar e juros dos Treasuries em alta, o ouro — que não paga rendimentos e é cotado na moeda norte-americana — perde atratividade. Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em

queda de 1,29%, a US\$ 4.351,9 por onça-troy. A prata para dezembro

recuou 1,61%, a US\$ 65,18 por onça-troy. “Os dados do índice de



Divulgação

Na Comex, divisão de metais da Nymex, o ouro para dezembro encerrou em queda de 1,29%, a US\$ 4.351,9 por onça-troy. A prata recuou 1,61%, a US\$ 65,18 por onça-troy

preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) divulgados na última sexta-feira ficaram próximos do esperado, embora o núcleo do CPI tenha apresentado uma leitura mensal ligeiramente acima do previsto. Esse cenário, somado à quase certeza de que esses números subirão antes de começarem a cair, reforça as expectativas de um aumento de juros pelo Fed”, afirma Ipek Ozkardeskaya, analista sênior do Swissquote.

Compra da Avibras pelos irmãos Batista avança no Cade

Superintendência-Geral recomenda aprovação sem restrições e considera que operação não gera concentração econômica relevante

Divulgação

Estadão Conteúdo



A Avibras Aeroco foi constituída no âmbito do processo de recuperação judicial da antiga Avibras, referência internacional no desenvolvimento e na fabricação de sistemas de defesa

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) recomendou a aprovação, sem restrições, da compra das ações representativas do capital social da Avibras Aeroco pela Globe Investimentos S.A., veículo de investimentos pessoais dos empresários Joesley e Wesley Batista — donos da J&F.

O despacho do superintendente-geral interino, Felipe Roquete, assinado nesta segunda-feira, 14, concluiu que a operação não acarreta prejuízos ao ambiente concorrencial. “Diante do informado nos autos, tem-se que a operação configura, eminentemente, uma substituição de agente econômico, não demandando, deste modo, uma análise mais aprofundada dos mercados envolvido”, diz o despacho.

A decisão da SG ainda não é definitiva e pode “subir” ao tribunal administrativo do Cade para análise e eventual alteração. Isso poderá ocorrer mediante avocação de um conselheiro ou pela apresentação de recursos por terceiros.

Segundo pessoas próximas ouvidas pelo Estadão/Broadcast, no entanto, não é esperada uma discussão mais aprofundada, pois o negócio não gera concentração econômica. Além do Cade, a operação não está sujeita à aprovação de nenhuma outra agência antitruste ou órgão regulador, no Brasil ou no exterior.

Quando notificou a

O DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL INTERINO, FELIPE ROQUETE, ASSINADO NESTA SEGUNDA-FEIRA, 14, CONCLUIU QUE A OPERAÇÃO NÃO ACARRETA PREJUÍZOS A O AMBIENTE CONCORRENCIAL

operação ao Cade, no fim de agosto, a Globe solicitou que a análise fosse feita sob o rito sumário, aplicado a operações mais simples e sem potencial ofensivo à concorrência, e aprovada sem restrições.

No último dia 10, a SG pediu uma série de informações, incluindo sobre eventual relação comercial da Avibras com a Eletro nuclear, responsável pela operação e construção de usinas nucleares no país, como Angra 1 e 2, em Angra dos Reis (RJ). Em 2025, a J&F comprou a participação da antiga Eletrobras, atual Axia Energia, na Eletronuclear.

A Globe notificou em agosto a aquisição da empresa que reúne ativos estratégicos, instalações industriais e o portfólio tecnológico da Avibras Indústria Aeroespacial. As ações são atualmente detidas pela Brasil Crédito Gestão Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Os valores da transação não foram divulgados. A Globe não possui relação com a J&F, tratando-se de investimentos pessoais dos irmãos Batista.

Ao Cade, a compradora afirmou que a operação representa “a oportunidade de ingressar nos setores de defesa nacional e aeroespacial, contribuindo para a reestruturação e para o fortalecimento dessas atividades no Brasil”. Sustentou ainda que não há sobreposição horizontal nem integração vertical entre as atividades das requerentes nos mercados envolvidos.

Segundo a Globe, a transação tem como objetivo dar sustentação à recente retomada das operações da Avibras, preservar sua capacidade tecnológica e industrial e criar condições para que a companhia volte a crescer nos mercados brasileiro e internacional.

“O negócio também preserva o controle nacional de uma companhia estratégica para a defesa do País”, informou a Globe.

A empresa

A Avibras Aeroco foi constituída no âmbito do processo de recuperação judicial da antiga Avibras. Fundada em 1961 e sempre 100% nacional e pri-

vada, a Avibras tornou-se referência internacional no desenvolvimento e na fabricação de sistemas de defesa, com domínio de tecnologias críticas de propulsão e de integração de sistemas complexos.

Seu portfólio inclui o Sistema de Artilharia ASTROS, além de mísseis, foguetes, veículos especiais e soluções para o setor espacial civil.

A SG também questionou se a Avibras adquire minério de ferro e manganês, energia elétrica e gás natural para suas atividades e se contrata serviços logísticos.

A Nova AVB, holding brasileira que controla a Avibras, respondeu que não adquire minério de ferro e manganês, gás natural nem celulose e tampouco mantém relação comercial com a Eletronuclear.

“Naturalmente, no âmbito de suas atividades empresariais, a empresa-alvo adquire energia elétrica e contrata serviços logísticos”, informou. Segundo a empresa, o consumo de energia elétrica representou parcela inferior a 5% do total consumido no Brasil em 2025.

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil e EUA marcam reunião em meio à disputa comercial

Encontro ocorrerá no G20, em Milwaukee, após tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros

Estadão Conteúdo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Elias Rosa, disse nesta segunda-feira (14) que representantes do governo brasileiro vão se reunir com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, durante o encontro do G20, que ocorrerá nos dias 30 de setembro e 1º de outubro na cidade de Milwaukee, nos Estados Unidos.

Elias falou rapidamente sobre o assunto com a imprensa após um evento no Palácio do Planalto. Ele não adiantou detalhes sobre o que será tratado no encontro, mas se limitou a dizer que estavam trocando documentos e combinando o encontro entre as

duas equipes.

Em julho, o USTR impôs uma sobretaxa de 25% sobre vários produtos provenientes do Brasil. Foram taxados exportadores de ferro e aço, vestuário, calçados, açúcar, etanol, produtos farmacêuticos,

maquinário agrícola, máquinas elétricas não voltadas ao setor de aviação, além de outros produtos manufaturados.

O USTR justificou a tarifa adicional dizendo que certas práticas adotadas pelo Brasil eram desca-

bidadas e oneravam ou restringiam o comércio de agricultores, trabalhadores, inovadores e exportadores estadunidenses.

Uma sobretaxa adicional de 12,5% também foi aplicada na sequência sobre mais produtos nacionais, sob a alegação de que o Brasil não adota mecanismos eficazes para impedir a importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado.

Após isso, Rosa e Greer se reuniram, em ambiente virtual, no dia 31 de agosto, para iniciar uma nova etapa de renegociação das tarifas.

A retomada das tratativas foi acertada durante telefonema entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, ocorrido em 21 de agosto. A conversa durou cerca de uma hora e 20 minutos e, segundo o Palácio do Pla-

A RETOMADA DAS TRATATIVAS FOI ACERTADA DURANTE TELEFONEMA ENTRE OS PRESIDENTES LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DONALD TRUMP, OCORRIDO EM 21 DE AGOSTO. SEGUNDO O PALÁCIO DO PLANALTO, A CONVERSA OCORREU DE FORMA CORDIAL

nalto, ocorreu de forma cordial.

Os dois líderes abriram um novo canal de diálogo entre Brasília e Washington em meio à disputa comercial provocada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano sobre produtos brasileiros.



Divulgação

Márcio Elias Rosa não deu detalhes sobre o que será tratado no encontro, mas se limitou a dizer que estavam trocando documentos e combinando o encontro entre as duas equipes

Balança comercial tem superávit de US\$ 3,36 bilhões em setembro

Exportações crescem 28,5% até a segunda semana do mês, enquanto saldo no ano chega a US\$ 58,67 bilhões

Estadão Conteúdo

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,548 bilhão na segunda semana de setembro. De acordo com dados da Secretaria de Co-

mércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) divulgados nesta segunda-feira, 14, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 7,034 bilhões e importações de US\$ 5,486 bilhões.

O mês de setembro acumula superávit de US\$ 3,356 bilhões, resultante de US\$ 14,247 bilhões em exportações e US\$ 10,891 bilhões em importações.

Até a segunda semana de setembro, comparado

ao mesmo período do mês de 2025, as exportações cresceram 28,5%. O desempenho dos setores foi o seguinte: crescimento de 16,5% em Agropecuária, que somou US\$ 2,831 bilhões; crescimento de 70,5% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$1,188 bilhões e, por fim, crescimento de 17,0% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 7,140 bilhões.

Em relação às importações, houve alta de 9,5%

na mesma comparação. Houve alta de 13,7% em Agropecuária, que somou US\$ 197,2 milhões; alta de 13,5% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 465,2 milhões e, por fim, crescimento de 9,2% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$10,169 bilhões.

Acumulado do ano

De janeiro até a segunda semana de setembro, o ano acumula superávit de

US\$ 58,674 bilhões, um crescimento de 36,9% em relação ao mesmo período de 2025, quando o superávit no período somava US\$46,300 bilhões.

A projeção do Mdic é de que o superávit da balança comercial seja de US\$ 90,0 bilhões neste ano, crescimento de 32,3% em relação a 2025. O resultado projetado para 2026 é decorrente de uma previsão de US\$ 394,4 bilhões em exportações e US\$ 304,4 bilhões em importações.

FINANÇAS

Mercado financeiro projeta novo corte da taxa Selic nesta semana

De acordo com o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, a taxa básica deve cair para 13,75% ao ano. Comitê de Política Monetária se reúne a partir desta terça-feira

Agência Brasil

O mercado financeiro tem a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza em 0,25 ponto percentual (p.p.) a taxa básica de juros (Selic) em reunião prevista para esta semana. Atualmente, a taxa está em 14%, devendo baixar para 13,75%.

A projeção consta do Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (14) pelo Banco Central. Para os analistas, a Selic deverá fechar 2026 nestes mesmos 13,75%. O próximo encontro do Copom para definir a taxa será realizado nestas terça e quarta-feiras.

Com relação aos demais índices projetados pelo mercado financeiro por meio deste boletim, foram observadas tendências de queda para a inflação de 2026 (para 4,90%) na comparação com a semana anterior, que estava em 5%.

Há quatro semanas, o



Pela projeção divulgada pelo Banco Central, a Taxa Selic deverá fechar 2026 nestes mesmos 13,75% ao ano

mercado financeiro projetava uma inflação de 5,02% ao final do ano.

Em relação à economia, o mercado trabalha com a projeção de crescimento de 1,89% em 2026. Na semana passada, a expectativa do mercado era que o Produto Interno Bruto brasileiro (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) fecharia o ano em 1,93%; e há quatro semanas, em 1,98%.

Para 2027, o Boletim Focus projeta que a economia do país crescerá 1,45%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, que é a referência oficial da inflação no país), deverá ficar em 4,30% ao final do ano que vem.

As projeções do mercado relacionadas ao câmbio permanecem estáveis, com o dólar fechando 2026 cotado a R\$ 5,20 – cotação que vem sendo projetada há 13

semanas consecutivas.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, definida atualmente em 14% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em agosto, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela quarta vez seguida.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião de março, em cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificulta a queda da taxa.

Inflação

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a inflação oficial de agosto fechou em -0,32%, a menor taxa desde agosto de 2022, quando o índice alcançou -0,36%.

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,07%. Em agosto de 2025, -0,11%.

A variação negativa de agosto fez o índice acumular 4,22% em 12 meses – menor valor desde março de 2026 (4,14%). Em julho, a soma estava em 4,44%.

Dólar sobe e fecha perto de R\$ 5,15

Ao mesmo tempo, Ibovespa cai 0,91%, pressionado por mineradoras e cenário político

Agência Brasil

O dólar e a bolsa brasileira encerraram a segunda-feira (14) pressionados pela aversão ao risco nos mercados, em um dia marcado pelo avanço do petróleo, incertezas no cenário político doméstico e tensões geopolíticas. A moeda estadunidense aproximou-se de R\$ 5,15, enquanto o Ibovespa caiu quase 1%.

O dólar chegou a subir mais de 1% durante a manhã e atingiu a máxima de R\$ 5,183, pouco antes das 11h. A pressão refletiu a valorização da moeda estadunidense no exterior e a busca por ativos considerados mais seguros diante do avanço do petróleo e das tensões geopolíticas.

A cotação perdeu força durante a tarde, chegando à mínima de R\$ 5,1414, depois que declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre possíveis negociações

com o Irã reduziram parte das preocupações com a oferta global de petróleo.

No exterior, o índice DXY, que acompanha o dólar ante seis moedas fortes, avançava 0,41% no fim da tarde, aos 99,508 pontos.

No Brasil, as incertezas políticas também influenciaram os negócios, em meio à divulgação de pesquisas eleitorais. O mercado também acompanha a crise no Supremo Tribunal Federal (STF) e os desdobramentos das investiga-

ções envolvendo o Banco Master. O caso relacionado ao ministro Alexandre de Moraes está previsto para ser analisado pelo plenário do STF nesta terça-feira (15).

Bolsa recua

O Ibovespa terminou o pregão em queda de 0,91%, aos 185.500,88 pontos. O índice oscilou entre a mínima de 183.813,36 e a máxima de 187.320,96 pontos. O volume financeiro somou R\$ 24,4 bilhões.

A queda foi pressionada principalmente por ações de mineradoras, num ambiente de recuo dos contratos futuros de minério de ferro negociados na China. O cenário político brasileiro também contribuiu para a instabilidade.

No exterior, as preocupações com os riscos relacionados ao avanço da inteligência artificial também afetaram o sentimento dos mercados. Em Nova York, o S&P 500 encerrou o dia com queda de 0,48%.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente.

opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Seu sucessor tem espaço para liderar sem você?

Em poucos dias, duas empresas anunciaram mudanças importantes no comando. Na Tenda, Marcos Cruz assumiu o lugar de Rodrigo Osmo, que estava à frente da companhia havia 15 anos. Na Apple, John Ternus sucedeu Tim Cook, também depois de uma longa gestão. E há outro ponto em comum entre as duas histórias: nem Osmo nem Cook estão exatamente indo embora. Osmo continua à frente da Alea e deverá integrar o conselho da Tenda. Cook permanece na Apple como presidente executivo do conselho.

Claro que estamos falando de empresas completamente diferentes. Mas as duas mudanças nos fazem pensar em um lado da sucessão sobre o qual falamos pouco. Quando um novo CEO assume, queremos saber tudo sobre ele: quem é, de onde veio, o que já fez, o que pretende mudar, se está preparado para o tamanho do cargo. Quase ninguém olha com a mesma atenção para quem está saindo.

E talvez devesse. Porque uma boa sucessão depende também de quem sai conseguir, de fato, entregar o poder. Depois de muitos anos no comando, um líder não deixa apenas resultados. Deixa relações construídas, conhecimento, confiança e influência. As pessoas se acostumam a procurá-lo, ouvi-lo e levar em conta o que ele pensa. Aos poucos, parte da autoridade que pertencia ao cargo passa a pertencer também à pessoa.

Trocar o nome no organograma talvez seja a parte mais fácil. A referência que as pessoas têm na cabeça, não. Imagine a seguinte situação: a empresa anuncia um novo CEO pela manhã e, à tarde, alguém ainda procura o anterior para saber o que ele acha de determinado processo. Oficialmente, existe um novo comando. Na prática, parte do poder ainda pode estar no lugar de antes.

Isso não quer dizer que o antigo CEO precise pegar suas coisas e desaparecer. Seria até um desperdício em muitos casos. A questão é o que ele faz com esse lugar. Porque existe uma linha, às vezes muito tênue, entre estar disponível e continuar interferindo. Se qualquer decisão mais importante continua chegando ao antigo líder, fica difícil para quem assumiu conquistar a confiança necessária para liderar de verdade.

Há um jeito relativamente simples de perceber isso. O novo CEO toma uma decisão e alguém discorda. Quem essa pessoa procura? Conversa com quem tomou a decisão ou tenta chegar ao antigo gestor? Busca entender o novo caminho ou procura alguém capaz de dizer: “deixa comigo que eu falo com ele”? Pode parecer um detalhe, mas diz muito sobre quem ainda é visto como a verdadeira autoridade.

Também não deve ser fácil para quem chega. O sucessor precisa ocupar seu espaço sem parecer que quer apagar tudo o que veio antes. E, muitas vezes, faz isso ao lado de alguém que conhece a empresa há muito mais tempo, tem relações mais antigas e uma credibilidade que levou anos para construir. Mas acredito que existe uma dificuldade ainda menos discutida do outro lado. Depois de passar anos sendo procurado para dar a palavra final, é preciso aprender a ver algumas coisas acontecendo sem entrar em campo. Mesmo quando você sabe o que faria.

Talvez essa seja uma das competências mais difíceis da liderança: perceber que deixar de ser necessário em determinadas decisões não significa deixar de ser importante.

Claro que existem regras para organizar essa transição. É preciso definir responsabilidades, deixar claro quem decide o quê e garantir que o novo CEO tenha autonomia. Só que nenhum desenho de governança resolve sozinho uma questão profundamente humana. Poder não é apenas decidir. É ser ouvido, procurado, reconhecido e saber que sua opinião muda o rumo das coisas.

Depois de 10, 15 ou 20 anos vivendo assim, deixar o comando significa aceitar que outra pessoa começará a receber as perguntas que antes chegavam a você. Que algumas reuniões acontecerão sem você. Que decisões importantes serão tomadas sem a sua aprovação. E que, em algum momento, alguém poderá escolher um caminho completamente diferente daquele que você escolheria.

É aí que a ideia de legado ganha consistência. Normalmente olhamos para o que um executivo construiu enquanto esteve no cargo: resultados, crescimento, produtos, cultura, expansão, transformação. Mas talvez uma parte importante do seu legado só apareça quando ele já não está mais no comando.

Se a empresa continua avançando sem depender dele para cada decisão importante, isso não diminui sua importância. Pode provar justamente o contrário. Significa que deixou algo capaz de funcionar sem sua presença permanente. Já quando alguém precisa continuar sendo indispensável mesmo depois de sair, vale perguntar onde termina a força daquela liderança e onde começa a dependência criada em torno dela.

E existe outra parte: aceitar que o sucessor não será — e nem deveria ser — uma cópia. Preparar alguém para assumir não é encontrar uma pessoa que continuará fazendo tudo exatamente como você faria. Quem assume não herda a obrigação de concordar com todas as escolhas de quem veio antes. Talvez o teste mais duro aconteça justamente quando o novo líder resolve mexer em algo que o anterior construiu.

Ainda é cedo para saber como essas transições acontecerão na Tenda e na Apple. E nem é esse o ponto. Nos próximos meses, será curioso olhar não apenas para o que Marcos Cruz e John Ternus farão no comando, mas também para a maneira como Rodrigo Osmo e Tim Cook ocuparão seus novos lugares. Como continuarão contribuindo quando a palavra final já não for deles?

Uma sucessão não mostra apenas se a empresa escolheu bem quem vai entrar, mas se quem saiu estava realmente preparado para sair. E, principalmente, se conseguiu entender que a organização continuar sem depender dele não diminui seu legado. É parte dele.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

SE A EMPRESA CONTINUA AVANÇANDO SEM DEPENDER DELE PARA CADA DECISÃO IMPORTANTE, ISSO NÃO DIMINUI SUA IMPORTÂNCIA. PODE PROVAR JUSTAMENTE O CONTRÁRIO. SIGNIFICA QUE DEIXOU ALGO CAPAZ DE FUNCIONAR SEM SUA PRESENÇA PERMANENTE

Sessão sobre futuro de Moraes vai permitir sustentações orais

Nesta terça-feira, o Plenário do STF se reúne para decidir se o ministro será investigado no âmbito do caso do Banco Master. A deliberação terá como base relatório da Polícia Federal

Rosinei Coutinho / STF

Estadão Conteúdo

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu o rito da sessão desta terça-feira, 15, quando os ministros vão decidir se autorizam abertura de investigação contra Alexandre de Moraes no âmbito do caso do Banco Master.

De acordo com as normas publicadas, haverá possibilidade de sustentações orais, o que permitirá a Moraes se manifestar. Mendonça também poderia pedir para falar, já que é o relator original do caso.

A deliberação terá como base relatório da Polícia Federal que mostra mensagens do banqueiro Daniel Vorcaro para Moraes. Os diálogos indicam que o empresário pediu auxílio do ministro na sua defesa e chegou a perguntar, na antevéspera de sua prisão, se deveria deixar o País.

“Após a abertura dos trabalhos, será feita a leitura e a aprovação da ata da sessão anterior, seguida da saudação de praxe aos ministros”, diz a nota do STF.

O passo seguinte será a leitura do relatório e a delimitação do tema da votação. Isso está a cargo do

presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, que assumiu neste fim de semana a relatoria do processo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) também poderá se manifestar. Em despacho recente, o chefe do órgão, Paulo Gonet, defendeu a nulidade do relatório da PF, em que ele mesmo é citado.

Gonet conversava com Vorcaro por meio de um intermediário, o advogado Ciro Soares, e chegou a falar por telefone com Vorcaro, que o convidou para uma degustação de uísque e charutos em Londres.

Após o pronunciamento da PGR, será aberta a opção de sustentações orais e, em seguida, o relator apresentará seu voto. Em que pese as investigações deste caso tenham sido inicialmente conduzidas pelo ministro André Mendonça no STF, o presidente do Tribunal, Edson Fachin, avocou para si a relatoria na última semana em meio a guerra de liminares e ofícios na qual Moraes acusou o colega de parcialidade.

Após o voto do relator, outros ministros poderão votar ou até mesmo tentar adiar o julgamento pedindo vista.

Celulares lacrados

O STF proibiu o uso de ce-



De acordo com as normas publicadas, haverá possibilidade de Alexandre de Moraes se manifestar

lular durante a sessão desta terça-feira, 15, em que os ministros devem votar para abrir ou não uma investigação sobre o suposto envolvimento de Moraes com Vorcaro no Caso Master. É a segunda vez que a Corte adota essa medida; a primeira foi no julgamento do núcleo 2 da trama golpista em 22 de abril de 2025.

Quem entrar no plenário com o aparelho deverá mantê-lo lacrado e desliga-

do numa sacola de segurança. Também precisará passar por uma “inspeção de segurança”, com detectores de metais e equipamentos de raio-X.

Dessa vez, jornalistas não poderão acompanhar o julgamento direto do plenário, ficando restritos ao comitê de imprensa e à marquise do tribunal, onde haverá transmissão da sessão. O acesso estará liberado “somente às pessoas que ti-

veram a presença confirmada pelo Cerimonial do STF”.

Segundo o tribunal, o planejamento da segurança está a cargo da Secretaria de Polícia Judicial, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), do Comando Militar do Planalto, das Forças Armadas, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e das forças de segurança da capital federal.

Desconfiança com STF cresce, diz pesquisa

Pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira, 14, aponta que cresceu dez pontos, desde agosto, o número de brasileiros que dizem não confiar no Supremo Tribunal Federal (STF). O índice está agora em 56%. Enquanto isso, os que confiam muito na Corte passaram de 18% para 9%. Os que confiam pouco, que eram 33%, agora são 30%. Os

que não sabem ou não responderam somam 5%.

O levantamento contratado pelo grupo Globo foi feito em meio ao agravamento da crise envolvendo o STF, que ganhou corpo após o Estadão revelar mensagens de Daniel Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes. Após a divulgação, o ministro André Mendonça determinou

a retirada do sigilo do processo, o que deflagrou uma guerra entre os ministros. Moraes pediu investigação de Mendonça por abuso de autoridade.

Hoje, o STF tem menos confiança da população do que a Presidência da República ou o Congresso Nacional, por exemplo. Os que não confiam na Presidência são

hoje 41%, contra 34% que confiam pouco e 22% que confiam muito. Outros 3% não confiam. Já em relação ao Congresso, são 46% hoje os que não confiam, contra 44% dos que confiam pouco e 7% dos que confiam muito. São 3% os que não sabem ou não responderam. Ao contrário do STF, as duas instituições melhoraram sua

avaliação junto à população.

A pesquisa Quaest fez 2.004 entrevistas a domicílio com brasileiros de 16 anos ou mais entre os dias 10 e 13 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança, de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-03607/2026.

JUSTIÇA

Fachin derruba sigilo sobre rede de pagamentos do Master

Presidente do STF contrariou argumentos de André Mendonça sobre risco às investigações, e tornou públicas todas as transferências feitas por Daniel Vorcaro, ex-dono do banco

Sophia Santos / STF

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, endossou, nesta segunda-feira, 14, o pedido de Alexandre de Moraes e determinou o fim do sigilo da investigação sobre a rede de pagamentos do Banco Master, contrariando a posição do ministro André Mendonça, que alega risco às investigações. Logo após a decisão, o processo ficou público no sistema do STF.

Mais cedo nesta segunda, a Procuradoria-Geral da República (PGR) também se manifestou favorável à publicidade deste trecho da apuração, que envolve o banqueiro Daniel Vorcaro.

O fim do sigilo sobre a teia de transferências do Master ocorre horas antes de o plenário do STF decidir, nesta terça-feira, 15, se abre ou arquiva uma investigação para apurar a relação entre Alexandre de Moraes e o banqueiro.



Edson Fachin (foto) determinou o fim do sigilo da investigação sobre a rede de pagamentos do Banco Master um dia antes da análise sobre o futuro de Moraes

Em ofício enviado no domingo, 13, a Fachin, Moraes afirmou que o acesso ao processo que envolve a rede de pagamentos do Master é fundamental para o julgamento. “Ocorre, entretanto, que não foi levantado o sigilo da PET 15645, distribuída por prevenção

ao Ministro André Mendonça e que possui elementos essenciais para o julgamento da PET 16662, previsto para a próxima terça-feira, 15 de setembro”, diz o documento.

O vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, refor-

çou em parecer divulgado nesta manhã que o levantamento do sigilo é necessário para que os ministros tenham acesso a todos os elementos relevantes para o julgamento.

“Como se trata de documento tido como relevante para que Ministro desse

Tribunal possa compreender a totalidade dos fatores que o tema a ser debatido envolve, em coerência com as premissas do parecer anterior, a Procuradoria-Geral da República entende que deve também ser retirado o sigilo da PET 15645 para o conhecimento dos integrantes da Corte”, afirmou.

Questionamento

Na última sexta-feira, 11, a PGR questionou o fato de a lista de documentos liberados pelo ministro André Mendonça no caso Master não incluir “grande parte dos procedimentos correlatos à investigação mais ampla da chamada Operação Compliance Zero”.

Na ocasião, a PGR defendeu a retirada do sigilo de todos os procedimentos relacionados ao caso.

“Para que não se dê tratamento diferenciado a situações de igual repercussão, o Ministério Público Federal requer seja determinado o levantamento do sigilo, sem exceção, de todas as peças e procedimentos vinculados à PET 15556, com as ressalvas já mencionadas”, afirmou.

Juristas pedem acesso total ao caso Master

Um grupo de 39 juristas, professores da Universidade de São Paulo (USP) e representantes da sociedade civil divulgou um manifesto em defesa do levantamento integral dos sigilos sobre o caso Master no Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento pede transparência “sobre a origem e o fluxo dos mais de R\$ 60 milhões atribuídos a Daniel Vorcaro” no financiamento do filme “Dark Horse”, projeto para o qual Flávio Bolsonaro (PL) pediu R\$ 134 milhões ao banqueiro.

Intitulado “Manifesto pela Consolidação da Democracia Brasileira”, o documento também pede respostas colegiadas a questionamentos sobre a atuação de integrantes da Corte, respeito à divisão de competências entre as instituições e maior cooperação nas investigações.

A proximidade das eleições é apontada no manifesto como um dos fatores que dão urgência às medidas. Os signatários demonstram preocupação com a possibilidade de controvérsias ain-

da não esclarecidas influenciarem a disputa política.

“A demora pode prolongar a crise e permitir que controvérsias ainda não esclarecidas sejam absorvidas e utilizadas na disputa eleitoral”, diz o documento. Segundo o grupo, questões que devem ser solucionadas pelas instituições não podem se transformar em “instrumentos de interferência na disputa eleitoral”.

Os signatários defendem quatro medidas: transparência e publicidade, respeito à distribuição constitucional

de competências, autocorreção e colegialidade e cooperação institucional.

No primeiro ponto, os juristas pedem a derrubada integral dos sigilos relacionados às apurações e citam expressamente o caso Master e o financiamento de “Dark Horse”, filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“A crise atual exige, portanto, o levantamento integral dos sigilos sobre todos os elementos relevantes à compreensão dos fatos, sem qualquer seletividade”, diz o manifesto.

Os signatários também defendem que decisões que atinjam a direção da Polícia Federal ou interfiram no andamento de investigações respeitem as atribuições constitucionais do Executivo, da própria PF, do Ministério Público e do Judiciário.

“Preservar a distribuição de competências impede a concentração do poder dentro do próprio Estado e mantém abertos os espaços institucionais em que decisões podem ser democraticamente contestadas”, afirma o texto.

Anotações apreendidas indicam ‘Mario’ como sócio de produtora

De acordo com investigadores, o filme Dark Horse, sobre a vida de Jair Bolsonaro, recebeu recursos de uma emenda de R\$ 2 milhões do deputado federal do PL, Mario Frias

Estadão Conteúdo

Anotações em papel apreendidas em junho pela Polícia Civil de São Paulo em endereço identificado como a residência da empresária Karina Gama apontam para “Mario” como sócio da sua produtora, a Go UP Entertainment, responsável por Dark Horse, filme biográfico sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com investigadores, a obra recebeu recursos de uma emenda de R\$ 2 milhões do deputado federal Mario Frias (PL-RJ), alvo de busca e apreensão na sexta-feira, 11. Ele afirma não ter relação com a execução dos valores.

Procurada no domingo, 13, mesmo dia em que os autos da investigação foram divulgados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, a assessoria de Frias não quis se manifestar. Seu assessor, identificado como Diego, afirmou que o gabinete só funciona em horário comercial, de segunda a sexta-feira, e criticou o que considerou

“importunação da reportagem”, afirmando que foi desrespeitado por ter recebido mensagens e uma ligação telefônica no fim de semana.

O advogado de Karina, Ricardo Sayeg, disse não saber da participação do parlamentar nos negócios de sua cliente, mas afirmou que a prática, se confirmada, não configuraria ilícito.

“A Go Up é uma empresa privada que tem todo o direito de captar sócios. Não estou confirmando a informação, mas ainda que fosse

(verdadeira), não teria a menor irregularidade. Me parece haver uma demonização, mas a defesa não vai aceitar essa demonização. O parlamentar não tem qualquer impedimento de fazer parte de uma sociedade”

Conforme revelou o Estadão, a Polícia Federal estima que ao menos R\$ 750 mil de recursos indicados pelo parlamentar foram parar na produção do filme.

Os manuscritos também associam o financiamento do longa-metragem ao Instituto Conhecer Brasil

(ICB), do qual Karina era representante. A entidade firmou contratos no valor de R\$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para o fornecimento de sinal Wi-Fi em áreas públicas da cidade.

Inquérito sob relatoria do ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), apura se esses acordos tinham como finalidade abastecer a produção do filme.

Organograma

As anotações encontradas

em posse de Karina são um esboço de uma espécie de organograma com detalhes sobre o caminho do dinheiro do ICB até a produtora. O esquema contém uma caixa em que está escrito “Go Up BR”. Uma linha a conecta a outra, na qual se lê “Go Up USA”.

É nesta segunda caixa da qual sai uma seta que aponta para a anotação “sócio Mario”.

Uma linha entre as duas caixas apresenta um círculo dentro do qual está anotado “IOF”, em alusão ao Imposto sobre Operações Financeiras. O tributo é pago em transações para o Exterior e indicam que valores foram remetidos aos Estados Unidos.

Dino autorizou, neste domingo, 13, a produção de relatórios de inteligência financeira. Esses materiais, elaborados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) permitem detalhar movimentações entre contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas.

O Ministério Público e a Polícia Civil de São Paulo já haviam requisitado o procedimento, que ainda não havia sido autorizado pela Justiça.



Arquivo / MTur

O nome “Mario” aparece como sócio da produtora responsável pelo filme Dark Horse

Zanin e Gilmar recebem dados de celular

Ministros pediram e conseguiram ter acesso às informações do aparelho de Daniel Vercaro

Estadão Conteúdo

Dados extraídos do celular de Daniel Vercaro foram compartilhados com o gabinete de Cristiano Zanin após determinação do ministro no domingo, 13, apesar da oposição do

relator André Mendonça, que alegou risco às investigações; demais ministros que solicitarem acesso à Polícia Federal também poderão analisar o material.

Após uma ofensiva articulada pelos ministros Cristiano Zanin e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal entregou aos gabinetes dos dois os da-

dos brutos extraídos do celular do banqueiro Daniel Vercaro. Zanin e Gilmar já iniciaram a análise do material, a menos de 24 horas da sessão que pode definir o futuro de Alexandre de Moraes na Corte, de quem ambos são aliados.

Os demais ministros que solicitarem acesso à Polícia Federal também poderão analisar o celular de Vercaro. No domingo, Gil-

mar Mendes encaminhou pedido semelhante à direção-geral da corporação. Na sexta, 11, o decano do STF já havia solicitado ao presidente da Corte, Edson Fachin, que adotasse providências para garantir o acesso dos demais ministros aos dados telemáticos do banqueiro.

Alexandre de Moraes, que também requisitou acesso integral ao celular

do banqueiro, argumenta que “não cabe ao Ministro relator (André Mendonça) escolher quais os documentos acessíveis ao Colegiado para realizar seu julgamento”.

O aparelho estava com Vercaro quando ele foi preso, em 17 de novembro, e seu conteúdo serviu de base para as diferentes fases da Operação Compliance Zero até agora.

INTERNACIONAL

Trump vê ‘conspiração doentia’ contra IA; China critica CEOs

Governos americano e chinês se posicionam contra barreiras para Inteligência Artificial. Segundo a China, empresas dos EUA espalham medo de olho na competição desleal

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a rejeitar nesta segunda-feira, 14, pedidos por uma desaceleração no desenvolvimento da inteligência artificial (IA) e afirmou que o setor não precisa de novas “barreiras de proteção”, mas de um presidente “forte e inteligente”.

Em publicação na Truth Social, Trump atacou diretamente o CEO da Anthropic, Dario Amodei, que no fim de semana defendeu reduzir o ritmo de avanço dos modelos mais poderosos para ampliar salvaguardas de segurança.

Segundo o republicano, o governo já possui “tremendo poder criminal e regulatório” sobre as empresas de IA e continuará usando essas ferramentas.

“A única supervisão ou ‘barreira de proteção’ de que a IA precisa é de um presidente FORTE E INTE-LIGENTE (alto QI), e os EUA têm isso”, escreveu Trump.

Ele afirmou ainda que seu governo impediu integrantes do setor de fazerem “coisas ruins, ou potencialmente ruins”, citando Amodei, a quem acusou de agora tentar se apresentar como um “anjinho perfeito”.

Trump também disse haver uma “conspiração doentia” contra a IA e os data centers nos EUA, que, em sua avaliação, beneficia apenas a China. “QUEM VENCER EM IA, VENCE em tudo!”, escreveu, acrescentando que os EUA lideram a disputa tecnológica e continuarão à frente de Pequim e de outros países.

A manifestação amplia o embate entre a Casa Branca e executivos do setor que,

nos últimos dias, passaram a defender controles mais rígidos. Amodei alertou que sistemas avançados podem atingir capacidades difíceis de controlar em seis a 12 meses, enquanto Sam Altman, da OpenAI, e Elon Musk endossaram partes de suas preocupações. Nesta segunda, a Microsoft também anunciou limites para futuros modelos de IA.

Na semana passada, a Anthropic afirmou que seu modelo de inteligência artificial, o Claude, tem sido utilizado indevidamente em tentativas de desenvolver uma ampla gama de aplicações militares, incluindo enxames de drones kamikaze, sistemas de navegação

de mísseis e pesquisas relacionadas a possíveis armas biológicas. Usuários de países como Irã, Rússia, China e Iêmen estão entre aqueles identificados por uso indevido dos modelos de ponta da empresa de IA no último ano.

Especialistas do setor têm alertado para os perigosos do desenvolvimento desenfreado da IA, e neste mês, a ONU fez duras críticas, defendendo o estabelecimento urgente de governança para esta tecnologia, diante da possibilidade de ela representar “um risco existencial para a humanidade”.

China

O porta-voz do Ministério

das Relações Exteriores da China, Guo Jiakun, comentou nesta segunda-feira que as alegações recentes de CEOs americanos sobre os riscos de segurança da inteligência artificial (IA) visam “espalhar medo, confrontação e competição desleal” e que isso apenas prejudicará os esforços em direção a uma governança global sólida em IA.

“A IA é uma tecnologia consequente para o bem-estar de toda a humanidade. Todas as partes devem promover conjuntamente o desenvolvimento aberto e inclusivo para o bem e para todos”, disse Jiakun em coletiva de imprensa.

Segundo ele, a China é uma forte defensora da cibersegurança e colocou a IA sob a supervisão das leis e regulamentos nacionais, além de ter aprimorado diretrizes institucionais e normas éticas relevantes.

“Estamos prontos para continuar trabalhando com o resto do mundo para responder ativamente aos riscos e desafios de cibersegurança na era da inteligência, promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado no ciberespaço e permitir que a internet beneficie os países”, acrescentou.

Divulgação / Casa Branca



Trump disse que o setor de IA não precisa de novas barreiras de proteção, mas de um presidente “forte e inteligente”

Ucrânia e Rússia alinham novo acordo

Segundo Donald Trump, países concordaram em suspender ataques a alvos de energia

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta segunda-

-feira, 14, que Ucrânia e Rússia concordaram em suspender ataques contra alvos de energia um do outro, após Washington pressionar Kiev a interromper ofensivas contra refinarias e outras instalações russas.

“A Ucrânia concordou em não atingir alvos

energéticos russos. A Rússia concordou em fazer o mesmo!”, escreveu Trump na Truth Social.

O republicano acrescentou que a alta mundial dos preços do diesel é causada “principalmente” pela guerra entre Rússia e Ucrânia, e não pelo conflito com o Irã. Não houve

confirmação imediata de Moscou ou Kiev sobre o acordo mencionado pelo presidente norte-americano.

No domingo, Trump havia pedido publicamente ao presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que cessasse ataques contra refinarias e a infraestrutura

de produção e distribuição de diesel da Rússia. Segundo ele, as ofensivas estavam contribuindo para uma escassez global do combustível.

Apesar do anúncio de Trump, Zelensky não está convencido de que Moscou esteja disposto a cumprir qualquer acordo.